

Não existe democracia sem povo, constituições sem sociedade e homens imunes ao conflito. Pensar o contrário é refletir utopicamente - e a característica maior das utopias consiste, justamente, em imaginar a vida social no vácuo, sem continuidade histórica e sem liberdade. Por isso mesmo, toda comunidade tem seu pacto institucional, isto é: um sistema para onde as diferentes classes sociais encaminham os problemas, harmonizando os antagonismos a partir da representação de interesses e legitimando as soluções mediante uma intermediação com critérios explícitos, por todos aprovados.

Assim, na medida em que vivemos numa sociedade pluralista, na qual cada indivíduo, grupo ou classe tem seus valores próprios e suas aspirações específicas, a idéia de pacto social tornou-se um dos mais importantes lugares-comuns de nossa vida política. Pois, tendo contornos razoavelmente precisos, essa noção pressupõe três requisitos básicos.

Em primeiro lugar, exige uma democracia concebida como um sistema aberto e livre, no qual os homens podem libertar sua criatividade e participar da fixação dos objetivos comuns, tentando persuadir-se reciprocamente da relevância dos valores que fundamentam seus anseios. Em segundo lugar, exige uma conciliação das liberdades públicas, no plano político, com a igualdade de oportunidades, no nível econômico, a fim de que não exista uma hierarquização social pervertendo o livre arbítrio individual e comprometendo a dignidade dos homens. Finalmente, em terceiro lugar, exige a compreensão tanto dessa democracia quanto dessa conciliação como um trabalho contínuo, permanente e progressivo, capaz de mobilizar o esforço coletivo pela inteligência e pela negociação, sempre almejando melhor qualidade de vida para to

dos dentro da limitação de riquezas que o país atualmente enfrenta.

Portanto, consciente da ilusão de se imaginar o Brasil como uma nação com ilimitadas fronteiras de crescimento, vejo a idéia de pacto social a partir de uma ótica liberal moderna e consequente - aquela que, a meu ver, permite compreender a necessidade de se vincular práxis e competência gerencial para compatibilizar, num acordo legítimo, a liberdade individual e a segurança do Estado.

É essa ótica que me permite afirmar que toda sociedade democrática requer múltiplas lideranças com valores diferentes e prioridades diversas. Mesmo porque o bem-estar depende de muitas coisas que podem ser proporcionadas dentro de uma infinita variação de combinações. É impossível exprimi-las como finalidade única, mas é possível expressá-las como uma ampla escala de valores, na qual as opções devem ser efetuadas pela competição política. E essa competição deve ser regulamentada por uma legislação que, além de suas garantias formais de respeitabilidade e cumprimento, gere a lealdade em torno de suas diretrizes mediante a internalização de seus valores democráticos fundamentais por parte de todos os cidadãos.

11.05.81